

EDUCAÇÃO

Primeiro dia de greve tem 46 escolas paradas

Dos 94 colégios municipais, nem metade fechou as portas no primeiro dia de paralisação dos professores

LAIRTES CHAVES

Menos da metade das escolas municipais de Campo Grande aderiram à greve iniciada ontem pela manhã. O movimento grevista foi convocado na quarta-feira (20) pelo Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP-MS), depois de a prefeitura ter dito que não teria dinheiro para pagar o reajuste do piso salarial dos professores, conforme estabelece a Lei Federal em 2008 e a Lei Municipal em 2013.

Na manhã de ontem, a Procuradoria-Geral do Município entrou na Justiça para tentar encerrar a paralisação, que segue sem negociação, e professores protestaram no Paço, exigindo respostas do prefeito Gilmar Olarte (PP).

A reportagem do **Correio do Estado** percorreu algumas escolas no primeiro dia de greve e encontrou um movimento dividido. Apesar da movimentação do sindicato na semana passada, muitas instituições de ensino continuaram trabalhando normalmente. Segundo o levantamento feito pela reportagem, apenas 46 das 94 escolas municipais fecharam as portas.

Na Vila Carlota, a Escola Múcio Teixeira estava cheia. Segundo as diretoras da escola, os docentes teriam se reunido na sexta e votado internamente quanto à suspensão das aulas. Mais de 90% dos 52 professores teriam se posicionado contrários à paralisação, por questões pedagógicas, visto que neste ano as instituições da rede passam pelas avaliações do Ministério da Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

A Escola Municipal Arlindo Paniago, no Jardim Itamaracá, a situação era parecida. Dos 87 professores, 64 votaram por não paralisar, porque, segundo a direção, “sentiram não ser o momento”. A votação teria sido secreta, a pedido dos docentes, e o resultado registrado em ata.

A Escola Municipal de Tempo Integral Professora Iracema

ESCOLAS MUNICIPAIS EM GREVE ATÉ SEGUNDA-FEIRA (25/05)

- Adair de Oliveira
- Ana Lucia de Oliveira
- Arlene Marques
- Professora Brigida Ferraz Foss
- Carlos Vilhalva Cristaldo
- Coronel Antonino
- Consulesa Margarida Maksoud Trad
- Danda Nunes
- Desembargador Carlos Garcia de Queiroz
- Domingos Gonçalves Gomes
- Eduardo Olimpio Machado
- Elizabel Maria Gomes Salles
- Elízio Ramirez Vieira
- Ernesto Garcia de Araújo
- Eulalia Neto Lessa
- Fauze Scaff Gatass Filho
- Frederico Soares
- Gonçalves Faustina de Oliveira
- Heitor Castoldi
- Hércules Maymone
- Imaculada Conceição
- Iracema Maria Vicente
- João Candido de Souza

- João Evangelista Vieira de Almeida
- José de Anchieta
- José de Souza
- José Mauro Messias da Silva
- Licurgo de Oliveira Bastos
- Maria Lúcia Passarelli
- Maria Tereza Rodrigues
- Marina Couto Fortes
- Nagib Rasilan
- Nazira Anache
- Nelson de Souza
- Nerone Maiolino
- Pe. Thomaz Ghirardelli
- Plínio Barbosa Martins
- Plínio Mendes dos Santos
- Rafaela Abrão
- Santos Dumont
- Sebastião Lima
- Sulivan Silvestre de Oliveira
- Tertuliano Meirelles
- Vanderlei Rosa de Oliveira
- Wilson Taveira Rosalino
- Y-Juca Pirama de Almeida

Fonte: Reportagem

Maria Vicente, localizada no Rita Vieira, estava às moscas e passava por manutenção. A direção não quis informar sobre como foi o processo de aviso da greve aos alunos.

Na Escola Municipal Bernardo Franco Baís, Bairro Santa Dorotheia, apenas os servidores administrativos trabalhavam, e os 400 alunos ficaram sem aula. Um dos servidores informou que apenas um aluno apareceu, ainda perdido sobre a paralisação, visto que foram entregues recados.

Marcelo Goulart Genuíno, 40 anos, é consultor e pai de um aluno de 11 anos, da Escola Múcio Teixeira, e se disse satisfeito com a posição dos docentes que não suspenderam as aulas de seu filho. “Essa greve é bastante prejudicial. As crianças já aprendem muito pouco, porque tem um período curto de tempo na escola. Os professores deveriam brigar de outras formas”, afirmou Marcelo.

RESPOSTA

A Prefeitura de Campo Grande confirmou o pagamento do reajuste do piso salarial em 13%, para 20 horas semanais, com o aumento de R\$ 1.697 para R\$ 1.917. Mas, até o fechamento desta edição, não havia sido

divulgado de que forma seria feito. “O secretário de Administração, Wilson do Prado, nos deu uma alternativa de fazer o pagamento diluindo os 13%”, disse Geraldo Gonçalves.

Uma comissão técnica da administração passou a tarde de ontem elaborando a proposta que foi entregue para a apreciação da categoria. A expectativa dos docentes era de que o pagamento fosse feito ainda em 2015. “Esperamos que cumpra a lei dentro do ano”, acrescentou Geraldo. Na reunião de ontem, a portas fechadas, o grupo reclamou, mais uma vez, da ausência do prefeito Gilmar Olarte nas negociações.

Até as 19 horas de ontem, os professores não haviam recebido a proposta da prefeitura, o que deve ocorrer hoje. Assembleia está marcada para esta terça, às 14 horas. Os professores reivindicam o cumprimento da Lei Federal 11.738/08, a qual estabelece o valor do piso do magistério e sua correção anual, e da Lei Municipal 5.411/14, elaborada pela Prefeitura de Campo Grande e aprovada pelos vereadores. **(Colaborou Gabriela Couto)**



ÁLVARO REZENDE

FAZENDO BARULHO. Professores municipais se aglomeraram em frente à prefeitura, durante protesto

BRUNO HENRIQUE



AULA NORMAL. Na Escola Municipal Múcio Teixeira, na Vila Carlota, não houve paralisação das atividades

Professores protestam e drone filma manifestação

No Paço Municipal, o clima ficou tenso quando cerca de 400 professores marcharam da sede da ACP, na Rua 7 de Setembro com a Rui Barbosa, até a sede do Poder Executivo municipal, logo após as 9 horas da manhã. Os docentes cantaram hinos nacional, estadual e o municipal, no sonoro “Campo Grande é feliz, é feliz”. Eles levaram faixas de protesto, bandeiras, apitos, e fizeram muito barulho junto a um carro de som, pedindo pelo cumprimento da lei do piso do magistério na Capital. Alunos uniformizados também participaram do protesto, declarando apoio aos professores.

A guarda municipal se posicionou na entrada do prédio e proibiu o acesso de qualquer pessoa. Depois de quase uma hora de apitação, uma comissão formada por dez professores foi convidada a se reunir com o secretário municipal de Administração e Educação, Wilson

do Prado, com o secretário de Governo e Relações Institucionais, Rodrigo Pimentel, e com o secretário-adjunto de Planejamento e Finanças, Ivan Jorge.

A reunião foi curta. Segundo o presidente da ACP, Geraldo Gonçalves, os titulares repetiram o discurso de que a prefeitura não tem dinheiro para bancar o reajuste determinado em lei, e que estavam trabalhando em um levantamento sobre o que poderia ser feito, mas sem perspectivas.

“Nós recebemos uma aula sobre finanças, mas quem está precisando de aulas é a prefeitura, que desde 2008 conhece a lei, desde o ano passado sabe da necessidade do cumprimento, e continua com esse discurso”, afirmou Lilian Herrera, 36, professora da rede municipal há 16 anos, que compôs a comissão de negociação.

Ataíde Oliveira, 54 anos, também participou da audiência e levantou uma outra preocupa-

ção. Conforme já denunciado pelo **Correio do Estado**, professores convocados têm sido assediados por diretores de escolas, para não apoiarem o movimento, sofrendo ameaças de não renovação dos contratos de trabalho, que terminam em julho. “Nós temos grupos de WhatsApp em que os professores convocados relatam as pressões e ameaças. O secretário Wilson pediu para que entregássemos os nomes dos diretores que tivessem esse comportamento, porque isso não seria permitido”, disse o professor, que atua na rede municipal há 18 anos.

O posicionamento do secretário causou estranheza em alguns docentes, que foram surpreendidos na manifestação, com um drone filmando o rosto dos manifestantes, operado por um servidor do Paço. **(LC)**

ESTADUAL

Governador apela para “consciência”

LUCAS JUNOT

Mesmo tendo proposta recusada pelos professores do Estado, o governo de Mato Grosso do Sul insistirá nas vias de diálogo, antes de judicializar a questão da greve dos professores da rede estadual, marcada para começar amanhã. Reinaldo Azambuja (PSDB) apelou ontem para a “consciência” da categoria e disse que a Federação dos Trabalhadores em Educa-

ção (Fetems) “está querendo politizar a questão”.

Defendendo a ideia de que o Estado concedeu à categoria benefícios únicos no País, como o cumprimento integral do piso, reajustado em 13,01%, em janeiro deste ano, o governador atribui a greve a uma reprodução de um movimento nacional. “Ninguém fez o que Mato Grosso do Sul fez este ano. Prometemos ainda para outubro 4,34%; entendo que a Fetems

não quis aceitar, mas isso não impede que se continue o diálogo. Isso é um movimento nacional, sabemos ali que estão politizando. Se você tiver uma conversa no meio dos professores, você vai ver claramente que não existe um ambiente, até porque MS já paga o terceiro piso do País, nos propusemos a dobrar os salários dos professores até 2022, porque aí, sim, é possível prometer e cumprir”, declarou.

Aprovada na administração anterior, com efeitos na nova gestão, a Lei 4.464/13 determina o índice de correção aplicado ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica de até 40 horas semanais, acrescido de 1/4 da diferença entre este e o piso salarial estadual, cujo cumprimento é reivindicado pela categoria.

No início do ano, o governo

editou decreto declarando a impossibilidade de cumprimento da lei, determinando então sua nulidade, por ferir dois princípios importantes: constitucionalidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Para que o Estado possa ter segurança jurídica, o último caso é recorrer à Justiça para alguma questão, mas não vamos recorrer, aguardando que a Fetems repense da importância de continuar esse diálogo e, principalmente, entender que o governo, mesmo na dificuldade, está fazendo sua parte”, explicou Azambuja.

Dados do governo do Esta-

do mostram que a situação dos professores em MS não deixa tantas brechas para reclamações. Os profissionais, segundo a administração, ganham 38,84% acima do piso nacional para professores. Enquanto o piso nacional é de R\$ 1.917,78, Mato Grosso do Sul paga R\$ 2.662,83. Contudo, 99,67% dos professores do Estado têm curso superior, o que eleva seus rendimentos para a média de R\$ 5.561,90, referente à carga horária de 40 horas semanais. Este é o 3º maior piso do País. **(Leia mais na página 14)**